

A inserção geoeconômica sulmatogrossense nos mercados globais: produção de commodities

La inserción geoeconómica sur mato-grossense en los mercados globales: producción de commodities

Geoeconomics Insertion of Mato Grosso do Sul State in Global Markets: Commodities Production

Cristovão Henrique Ribeiro da Silva

crisovamhenrique7@gmail.com

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Câmpus Três Lagoas, MS

Edima Aranha

edimaranha@gmail.com

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Câmpus Três Lagoas, MS

Resumo: Muito se tem falado nos moldes da industrialização brasileira contemporânea. Porém poucos geógrafos têm debatido uma questão que se apresenta como a espinha dorsal da indústria brasileira nesse início de século - Política Industrial e Geoeconomia - o que de fato nos chama atenção nesse debate é a dimensão territorial das políticas industriais. Elas entendidas aqui enquanto estratégias de intervenção direta na economia possuem inclusive uma interferência significativa na organização e gestão do território. Eis ousada tentativa desse texto de salientar a dimensão territorial das políticas industriais brasileiras e contextualizar Mato Grosso do Sul nesse panorama de industrialização cujas transnacionais tem papel importante na redefinição do uso do território no interior do país. A metodologia empregada para essa tarefa consistiu em angariar dados sobre a recente industrialização sul-mato-grossense sendo eles atinentes ao comércio exterior, unidades industriais exportadoras dentre outros. Além disso realizamos a coleta das informações sobre as especificidades regionais do estado contidas nos documentos oficiais, cartografamos e cruzamos com as fotografias dos trabalhos de campo. O resultado da nossa abordagem, que inclusive materializam-se como resultados do projeto de pesquisa financiado pelo CNPq "Parque Industrial - Transporte e Logística em Mato Grosso do Sul" - MCTI/CNPq N° 14/2013-4, traz à mesa a compreensão de um contorno geoeconômico a indústria no estado de Mato Grosso do Sul e brevemente a apresentaremos aqui.

Palavras-chave: Política Industrial, Mato Grosso do Sul, corporações, Geoeconomia.

Resumen: Mucho se ha hablado sobre los moldes de la industrialización brasileña contemporánea. Aun así, son pocos los geógrafos que han debatido una cuestión que se presenta como la espinha dorsal de la industria brasileña en ese inicio de siglo - Política Industrial e Geoeconomía - lo que de hecho nos llama la atención en ese debate es la dimensión territorial de las políticas industriales. Mismas que entendidas aquí, en cuanto a estrategia de intervención directa en la economía, poseen inclusive una interferencia significativa en la organización y gestión del territorio. He aquí

la osada tentativa de ese texto de destacar la dimensión territorial de las políticas industriales brasileñas y contextualizar a Mato Grosso del Sur en ese panorama de industrialización cuyas transnacionales desempeñan un importante papel en la redefinición del uso del territorio en el interior del país. La metodología utilizada para esa tarea consistió en recolectar y procesar datos sobre la reciente industrialización sur mato-grossense siendo ellos atinentes al comercio exterior, unidades industriales exportadoras entre otros. Aunado a ello, realizamos la recolección de las informaciones sobre las especificaciones regionales del estado contenidas en los documentos oficiales, cartografiamos y cruzamos con las fotografías de los trabajos de campo. El resultado de nuestra incursión trajo a la mesa la comprensión de un contorno geoeconómico a la industria en el estado de Mato Grosso del Sur y brevemente presentaremos aquí.

Palabras clave: Política Industrial, Mato Grosso del Sur, corporaciones, Geoeconomía.

Abstract: Much has been said along the lines of contemporary Brazilian industrialization. However, few geographers have debated an issue that presents itself as the backbone of Brazilian industry at the beginning of this century. Industrial Policy and Geoeconomics what really draws attention to this debate is the territorial dimension of industrial policies. They understood here as a strategy of direct intervention in the economy, even having a significant interference in the organization and management of the territory. This bold attempt of this text is to emphasize the territorial dimension of the Brazilian industrial policies and to contextualize Mato Grosso do Sul. In this panorama of industrialization the transnationals plays an important role in the redefinition of the use of the territory in the interior of the country. Speaking about the methodology used for this task, it consisted of collecting data on the recent Mato Grosso do Sul industrialization process, being related to foreign trade, exporting industrial units, among others. In addition, we collect information on the regional specificities of the state contained in the official documents, map and cross with the photographs of the field works. The result of our approach brings to the table the understanding of a geoeconomic contour in the industry in the state of Mato Grosso do Sul and will briefly present here.

Key-Words: Industrial policy, Mato Grosso do Sul, Corporations, Geoeconomics.

INTRODUÇÃO

A indústria sul-mato-grossense a partir dos anos 2000 recebeu novos contornos geoeconômicos e multiescalares. A expansão da demanda internacional por produtos primários representados por países como Rússia, China, e Índia impulsionou o processo de industrialização em municípios do estado com a territorialização de novas corporações transnacionais, reorganizando as estruturas produtivas regionais.

Os fundamentos desse processo de industrialização são explicados a partir de políticas industriais implementadas pelo governo federal a partir do ano de 2004, articulando-se com outras políticas de fomento a industrialização de outras instâncias de atuação do Estado – estadual e municipal – associadas às vantagens competitivas locais, essa receita fez com que a industrialização em Mato Grosso do Sul adquirisse corpo competitivo na virada do século XXI.

A valorização dos preços de *commodities* no mercado internacional permitiu que o Brasil potencializasse suas vantagens comparativas de sua indústria doméstica e consolidou

a estratégia de internacionalização das empresas brasileiras, como BR Foods, Fíbria, JBS. Contexto que elevou a participação das regiões agrícolas do país na composição dos saldos positivos da balança comercial, do ponto de vista da Geografia, a abordagem geoeconômica carrega consigo contribuições para compreender a dimensão territorial e estratégica do desenvolvimento industrial baseado em *commodities* intensivas em recursos naturais.

O objetivo aqui é apresentar uma análise desse quadro transicional da estrutura produtiva brasileira, utilizando como base empírica Mato Grosso do Sul e sua recente dinâmica produtiva para trazer ao debate uma dimensão geoeconômica da produção e domínio estratégico do território. A base teórico-metodológica dessa reflexão pauta-se nos referenciais da Economia Política, Relações Internacionais e Geoeconomia, tais como Geiger (1964), Santos (1996), Becker (2003), Rodrik (2004), Amsden (2009), Egler (1993; 2008) e Cowen e Smith (2009). Além desses referenciais, que pode-se chamar de *mainstream*, esse artigo apresenta-se como uma reflexão sobre o aspecto geoeconômico da industrialização do interior do Brasil já esboçada em outros artigos, debates e palestras (RIBEIRO-SILVA, 2016a; 2016b; 2016c; 2017).

Por fim, a coleta de dados, algo balizador das discussões sobre geoeconomia, foi realizada nas bases de dados do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para os investimentos no Mato Grosso do Sul.

ABORDAGENS E CONCEPÇÕES TEÓRICAS DE POLÍTICAS INDUSTRIAIS

As concepções teóricas de política industrial são bem variadas e podem entrar num quadro descritivo, de acordo com a natureza delas e as metas pretendidas de cada governo que as adotam (KUPFER, 1998). As correntes econômicas tradicionais vinculam as políticas industriais à estratégias corretoras de falha de mercados. Todavia, os neoshumpeterianos e evolucionários (SUZIGAN; FURTADO, 2010) defendem uma abordagem mais profunda das PIs (Política industrial e no plural), com a inserção de instituições em sentido amplo, difusão de inovação, com alto poder de coordenação (SUZIGAN; FURTADO, 2009/2010)¹.

Amsden (2009) considera em seus trabalhos, que a estratégia de desenvolvimento dos países de industrialização tardia está na eleição de setores domésticos (bens de capital) que, após a política de substituição de importações entre as décadas de 1960 e 1970, a atuação do Estado seria fundamentada em promover as grandes empresas desses setores dinâmicos para serem competitivas em escala global (AMSDEN, 2009).

Essa decisão política seria o que Almeida (2013) aponta da 'velha' política industrial de favorecer alguns setores a partir de padrões de desempenho, com crédito subsidiado, incentivos a P&D - pesquisa e desenvolvimento - e uma política protecionista, a fim de

1 Os economistas da corrente heterodoxa que é uma expressão ampla que cobre campos, projetos ou tradições separadas e às vezes distantes, a economia pós-keynesiana, feminista, marxiana e austríaca. E eles são a favor da atuação do Estado na economia por meio das políticas industriais sobretudo os autores neo shumpeterianos, póskeynesianos, neokeynesianos e neoinstitucionalistas.

galgar desenvolvimento industrial, promovendo novas vantagens comparativas, um exemplo evidente seria os *Chaebols*² na Coréia do Sul.

A nova política industrial representada, sobretudo, nos estudos de Rodrik (2004; 2009) e Wade (2012) se aproxima mais dos aspectos regionais e, portanto, as dimensões territoriais dos processos relacionados ao desenvolvimento industrial surgem com mais efeito. Rodrik (2009) lembra que as estratégias das políticas industriais devem ser estabelecidas de acordo com o princípio do *self-discovery*, ou seja, o que pode ser aproveitado em termos de atividades produtivas regionais-locais. O papel do Estado, nessa perspectiva de PI, seria em fomentar iniciativas de pesquisa e desenvolvimento juntamente aos empresários para custear essas descobertas (RODRIK, 2009).

No modelo de política industrial mais moderna, Rodrik (2009) e Fernández-Arias (2010) apostam no efeito da proximidade geográfica das atividades produtivas para suprir algumas falhas de coordenação de investimento. Assim, a aglomeração é o potencial de reforçar a cooperação com base na proximidade geográfica e aumentar as vantagens competitivas industriais (BUIGUES; SEKKAT, 2009) – os arranjos produtivos locais representam muito desse postulado, e, inclusive, somam nessa noção de dimensão geográfica das PIs.

Essas concepções se afastam de Amsden (2009), uma vez que a autora reforça o papel de formação de líderes nacionais, concentrando esforços por parte do Estado em remover os incentivos e subsídios dos não tão bem-sucedidos dentro do parque industrial. Para ilustrar a pluralidade de abordagens teóricas, o Quadro 1 aponta para o contraste entre as perspectivas de políticas industriais entre dois dos mais proeminentes economistas políticos que debatem o tema. Dois pontos convergem sobre a abrangência conceitual de PI. Em primeiro lugar, o ponto sobre a distribuição de renda, outros pensadores como Kupfer (1998), Sabel (2010) e Peres (2006) assinalam que as políticas industriais só repercutem efeitos positivos em sociedades em que a distribuição de renda não é muito desigual, já que pode-se correlacionar fatores relacionados à dificuldade do acesso à educação e capacitação de mão de obra para o parque industrial do país.

Porém não há nada inédito no debate sobre a proteção da indústria nascente³. Historicamente, as políticas industriais são adotadas pelo Estado para fomentar o desenvolvimento industrial desde 1516, nos primórdios da industrialização na Grã-Bretanha (CHANG, 2004). Embora pareça uma nova abordagem, todos os países industrializados e mais avançados em progresso técnico lançaram mão de políticas industriais, comerciais e tecnológicas antes de alcançar competitividade internacional e comando geopolítico e geoeconômico. Feita essa breve revisão das abordagens conceituais de política industrial (Quadro 1), representadas nos estudos de Rodrik (2004) e Amsden (2009), será analisado o contexto das políticas industriais no Brasil.

2 Chaebol (ou Jaebol, Jaebeol) é o termo coreano que define um conglomerado de empresas em torno de uma empresa-mãe, normalmente controladas por famílias, tais como Samsung, Hyundai e LG (ALMEIDA, 2009; AMSDEN, 2009).

3 O debate é iniciado por Friedrich List em seu livro *The National System Of Political Economy (O sistema nacional de economia política)* de 1841 (CHANG, 2004, p. 14).

Quadro 1: Perspectivas de políticas industriais.

Política Industrial	
<i>Velha (AMSDEN, 2009)</i>	<i>Nova (Rodrik, 2004)</i>
Foco em desenvolver Líderes Nacionais (<i>Pick The Winners</i>)	Apoia Iniciativas de <i>Self-Discovery</i> (novas Atividades)
Distribuição de benefícios sociais a partir do Desenvolvimento Industrial	
Abrangência em Diversidade industriais em Setores de Alta Tecnologia;	Investimento de capital estatal em setores de assistência técnica;
Ambiente institucional forte (Mercado e Estado)	
Discrimina a origem do capital investido	A origem do capital é irrelevante

Fonte: Amsden (1989; 2009); Rodrik (2004); Almeida (2009).

AS POLÍTICAS INDUSTRIAIS BRASILEIRAS DE 1990 A 2014

Nos anos de 1990 as políticas de fomento a indústria no Brasil foram tímidas. O governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992) lançou a *Política Industrial e de Comércio Exterior - PICE*, com a exposição da indústria doméstica com pouca *expertise* e desenvolvimento industrial à uma concorrência internacional desleal. As medidas previstas pela PI consistiam na revisão dos incentivos fiscais, a capacitação tecnológica para indústrias nascentes, e, a revisão de tarifas aduaneiras juntamente a maiores estímulos à exportação (TONI, 2013). Porém, mesmo com essas medidas, a atuação governamental não teve como conter o impacto de uma desastrosa abertura econômica para a industrialização nacional, que implicou em depreciação das taxas de câmbio, desvalorização da moeda, aumento de desemprego e das desigualdades regionais, que se arrastou até o próximo governo (CANO; SILVA, 2010).

No governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), a política industrial foi lançada implicitamente dentro da política macroeconômica de estabilização monetária *Plano Real* (TONI, 2013). O plano plurianual do governo FHC instituiu metas bem ortodoxas, representadas pelas privatizações implantadas com a *Lei de Concessões* (Lei 8.987 de 13/02/1995). Em 1998 foi lançado um documento que oficializava um novo momento para a PI chamada de *Nova Política Industrial, Desenvolvimento e Competitividade*, com evidente caráter neoliberal, reduzindo o papel do Estado no desenvolvimento industrial e focando apenas em criar um ambiente institucional de estímulo e a redução do custo Brasil (TONI, 2013; CORONEL, 2010).

Os resultados dessa estratégia centrada no Estado neoliberal do governo FHC foram quase nulos. Aprofundaram os índices de desindustrialização e, em 2001, o maior racionamento de energia elétrica da história do país deflagrou a emergência de uma nova estratégia de desenvolvimento. Inúmeros trabalhos salientam a dimensão territorial desse contexto no Brasil (LENCIONI, 2003; MAMIGONIAN, 1999), porém os estudos de

Lamoso (2001) e Souza (2002) realçam alguns efeitos territoriais das medidas econômicas do governo FHC na industrialização de Mato Grosso do Sul.

Em 2002, Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010) foi eleito Presidente da República e esses fatores emergem com desafios a serem enfrentados, tais como as desigualdades regionais e altos índices de desemprego. Em março 2004, com um pano de fundo neo-desenvolvimentista, o governo lançou a *Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior - PITCE*, com um dos objetivos centrais de aprimorar a eficiência da estrutura produtiva do país (CORONEL, 2010; SUZIGAN; FURTADO, 2009/2010). As políticas industriais foram retomadas no governo Lula, criando um ambiente institucional favorável para o desenvolvimento industrial brasileiro. A demanda de mercados internacionais como China, Rússia e Índia impulsionaram as atividades produtivas, nelas inclusas a produção e extração de *commodities*. Essas transformações alimentadas pelo fim da derrocada neoliberal entre os anos (1995-2002) acalentaram um Estado neo-desenvolvimentista, com ampla intervenção nos mais variados setores da economia e da sociedade (BRESSER-PEREIRA, 2012).

No que diz respeito à Geografia, a importância desse debate, está em angariar contribuições para leitura de quais efeitos territoriais da implementação as políticas públicas de fomento à indústria, e nessa tarefa de caracterizar a industrialização do estado de Mato Grosso do Sul. Mas antes, façamos a seguir, uma sondagem das principais características das políticas industriais no Brasil da última década. Porém, o que a PITCE logra com êxito é a reintrodução das políticas industriais na agenda do país como mecanismo de desenvolvimento industrial, tal como nos alerta Cano e Silva (2010). Entretanto, o que nos interessa no nosso corte analítico, os aspectos voltados à dimensão territorial surgem com mais força.

O contexto desenvolvimento econômico do Brasil no ano de 2008 era positivo, e podemos elencar os seguintes fatores que eram característicos da economia brasileira naquele período: a redução do desemprego, o aumento dos empregos formais, a diminuição de desigualdades sociais, os mercados de créditos em expansão e ainda, o crescimento firme da demanda interna, mesmo com níveis altos de endividamento (CANO; SILVA, 2010). Esses pontos fizeram com que as retomadas das políticas governamentais na promoção das atividades industriais continuassem na agenda do governo. Para tanto, com mérito resguardado a PITCE, em maio de 2008, durante o segundo mandato do governo Lula (2007-2010) é lançada a *Política de Desenvolvimento Produtivo - PDP*, que foi pavimentado pela PITCE.

A PDP detinha uma proposta de manter e dar sustentabilidade à expansão do ciclo de crescimento brasileiro, balizando-se pelos seguintes objetivos: 1) ampliar a capacidade de oferta de produtos industriais; 2) preservar a robustez da balança de pagamentos; 3) fortalecer as micro e pequenas empresas e, 4) elevar a capacidade de inovação da indústria nacional. Conjugadas a esses objetivos, 4 macro metas institucionais foram estabelecidas afim de garantir a execução da PI.

Ainda com a perspectiva de selecionar 'campeões' com o PDP, o ambiente institucional foi remoldurado pensando em estratégias melhores para o desenvolvimento

industrial do país. Em 2010, a eleição da presidente Dilma Rousseff (2011-2014) simbolizou também uma continuidade dos feitos do governo antecessor, e, em agosto de 2011, a Presidente lançou o *Plano Brasil Maior* (Decreto nº 7.540 de 02/08/2011), sucessor da PDP com evidentes desafios pela frente, que seriam tanto os efeitos da crise norte-americana de 2008 e também europeia iniciada em 2011, além da queda nos preços das *commodities* no mercado internacional representado pela redução do poderio geoeconômico da China, somado aos fortes indícios de reprimarização da pauta exportadora brasileira.

Para avaliar como o contexto internacional foi árido em 2008, para a PDP, e tenderia a ser para o PBM, um estudo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL comparou Brasil e China em exportações de produtos similares em 11 mercados e/ou blocos econômicos entre 1995 e 2008 - o Brasil tinha um ganho de US\$ 13,6 bilhões enquanto a China conseguiu a marca de US\$ 512,5 bilhões⁴.

Esse contexto de fomento à atividade industrial ao longo da primeira década dos anos 2000 trouxe três versões de políticas industriais que repaginaram a atividade industrial brasileira, sobretudo, com as cadeias produtivas globais. A estratégia *pick the winners* da política industrial do governo federal criou líderes nacionais em setores da agroindústria, como celulose e papel, carnes, cana e grãos por todo país.

É nesse painel que entra a região Centro Oeste do Brasil e, em específico, Mato Grosso do Sul, no qual sua industrialização sempre foi pautada em produtos primários. Entretanto, com a retomada das políticas industriais, e ainda, com o *enforcement* estabelecido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - em financiar grandes projetos industriais promoveram um rearranjo nas atividades produtivas regionais.

Entre os anos de 2007 e 2012 novas plantas industriais de corporações ligadas à produção de celulose e papel, grãos, minerais metálicos e carnes foram instaladas praticamente em *greenfields*⁵ industriais. Em decorrência do financiamento de cerca de 20 milhões de reais pelo BNDES, estrutura logística satisfatória, condições edafoclimáticas propícias a expansão de plantio (seja de eucalipto, cana-de-açúcar ou grãos), disponibilidade hídrica e ainda os incentivos fiscais (COUTINHO, 2009). O Quadro 2 mostra as 20 exportadoras sul-mato-grossenses em 2014, sendo que dez representam 66% das exportações, que alcançaram US\$ 5,2 bilhões de dólares FOB com um superávit US\$ 8,3 milhões. Para além dos números, é interessante notar que todas as corporações são focadas em recursos naturais e representantes das cadeias produtivas globais de *commodities*, como Eldorado Brasil, ADM, BR Foods, Fíbria, Seara, todas territorializadas em uma região geoeconômica específica envolvida nos *tradables*.

4 O *Chinami* (expressão usada para representar a China como um Tsunami econômico - Suzigan e Furtado (2006) mais ameaçador para os brasileiros ocorreu na América Latina. Segundo a Cepal, a China teve um ganho de US\$ 36,5 bilhões nas vendas ao mercado latino-americano, entre 1995 e 2008, nas áreas de competição com o Brasil, avançando inclusive até na Argentina, país-membro do Mercosul. O Brasil, por sua vez, perdeu US\$ 698 milhões (CANO; SILVA, 2010, p.18).

5 [...] regiões cujas características principais são: inexistência de tradição industrial; fraca atuação sindical; baixos salários e governos interessados em atrair investimentos estrangeiros, o que, no Brasil, se manifestou no intenso processo de concessão de incentivos fiscais e financeiros, denominado de "guerra fiscal" (FIRKOSWIKI, 2005, p. 76)

Quadro 2: Principais exportadoras de Mato Grosso do Sul (2014). 🌿 Atividades intensivas em recursos naturais.

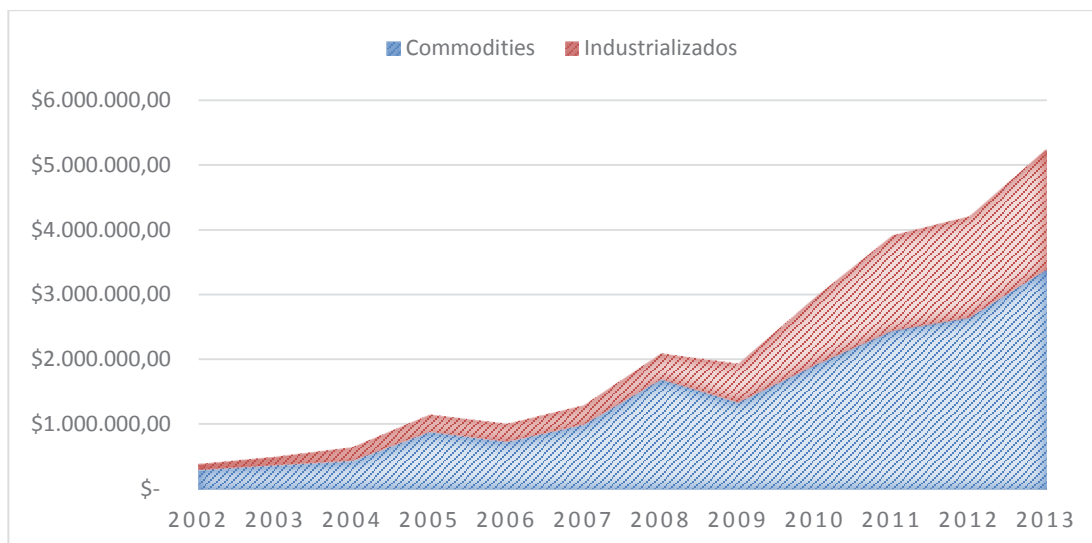
Corporações	
1	Eldorado Brasil Celulose S/A 🌿
2	JBS S/A 🌿
3	Mineração Corumbaense Reunida S/A 🌿
4	ADM do Brasil Ltda 🌿
5	Fibria/MS Celulose Sul-mato-grossense Ltda 🌿
6	Bunge Alimentos S/A 🌿
7	Seara Alimentos Ltda 🌿
8	Cargill Agrícola S/A 🌿
9	Seara Ltda 🌿
10	Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda 🌿
11	BRFoods S/A 🌿
12	ADECOAGRO Vale do Ivinhema S/A 🌿
13	Minerva S/A 🌿
14	Tavares de Melo Açúcar E Álcool S/A 🌿
15	Bello Alimentos Ltda 🌿
16	Usina Moema Açúcar e Álcool Ltda 🌿
17	Amaggi Exportação e Importação Ltda 🌿
18	Tonon Bioenergia S/A
19	JBS Aves Ltda 🌿
20	Usina Eldorado S/A 🌿

Fonte: MDIC, 2015

Na análise das corporações exportadoras no Mato Grosso do Sul, como anteriormente na análise dos investimentos do BNDES, percebe-se em cerca de cinco dessas empresas a participação acionária do BNDES via BNDESpar. O efeito dessa estratégia do governo federal nas exportações sul-mato-grossenses no período do superciclo de valorização das *commodities* pode ser evidenciada no Gráfico 1. As exportações de *commodities* saíram de índices de US\$ 296 milhões de dólares em 2002 para US\$ 3,3 bilhões em 2013, um crescimento nominal de 1000% nas exportações de Mato Grosso do Sul, em relação ao início do superciclo das *commodities* representadas por Soja (23%) Celulose (20%) e Carnes (11,13%).

Não será abordado o *core* da discussão que ronda a industrialização brasileira nessas primeiras décadas do século XXI, e sim atentar para que a maioria dos fatores condicionantes da industrialização, exceto as políticas industriais, sejam elas monetárias, cambiais, fiscais e/ou de intervenção direta (KON, 1999), são características territoriais.

Gráfico 1: Evolução das exportações sul-mato-grossenses (2002-2013)



Fonte: MDIC, 2015.

Esses fatores reunidos a cada peculiaridade do território condicionaram a formação de regiões geoeconômicas em Mato Grosso do Sul. O Mapa 1 leva em consideração os estudos do *Zoneamento Ecológico Econômico* Volume 1, 2 e 3 (2011; 2013); o *Zoneamento Ecológico Econômico Cenários Prospectivos de 2035* (2013); o *Estudo da Dimensão Territorial do estado de Mato Grosso do Sul: Regiões de Planejamento* (2015); e o *Caderno GeoAmbienta de Mato Grosso do Sul* (2011) e ainda, os limites políticos-administrativos dos municípios.

A concepção de região geoeconômica é inspirada nos estudos de Geiger (1964) e Egler (1993, 2008). A geoeconomia, aqui, leva a compreender além da dimensão territorial das políticas industriais no Mato Grosso do Sul, a compreender a consolidação de uma industrialização detentora de uma característica regional assentada nas dinâmicas do uso do território pelas corporações. Nessa discussão sobre geoeconomia, esta não pode ser confundida com geopolítica. Na perspectiva de Cowen e Smith (2009), pode-se compreender esta relação dialética onde geopolítica pode ser entendida como os meios de aquisição de território, com o objetivo de acumular riqueza. Geoeconomia inverte a procedimento, visando diretamente a acumulação de riqueza através do controle do mercado. A aquisição ou o controle do território não é de todo irrelevante, mas é uma opção tática, em vez de uma necessidade estratégica. Ao perceber que há uma sucessão histórica dos tipos de geopolítica para lógicas geoeconômicas de poder geográfico, isso de forma alguma representa uma irreversível necessidade unidimensional, evolutiva. O aumento de cálculo geoeconômico é muito desigual tanto temporalmente quanto espacialmente, é episódico, e nunca poderá substituir totalmente a geopolítica (COWEN; SMITH, 2009).

Para Neil Smith, em seu livro *Desenvolvimento Desigual* (1988), a concepção complexa de geoeconomia envolve um jogo dialético com a geopolítica, cujo aspecto geoeconômico surge a partir do domínio tático dos mercados e das redes produtivas sobre o território. Diferente da geopolítica em que a aquisição territorial e o empoderamento dos Estados-Nações é o mote para acumulação da riqueza e execução do poder (RIBEIRO SILVA, 2016a).

Com essa lógica, vale lembrar ainda que os *insights* de Egler (2008, p. 6), permitidos do ponto de vista geoeconômico:

[...] não se restringem ao estudo das relações entre Estado e mercado e aos mecanismos utilizados para projetar o poderio econômico. [...] Trata-se da análise dinâmica dos chamados sistemas globais, que envolve questões cruciais acerca das relações entre sociedade e natureza diante da crescente depleção dos recursos naturais [...]

Aqui converge essa análise também geoeconômica da industrialização de Mato Grosso do Sul, evidenciando as cadeias produtivas globais de *commodities* intensivas em recursos naturais, fator que diferencia a inserção internacional da indústria brasileira. Aliás, nessa questão reside o segundo aspecto elencado para definir regiões geoeconômicas para Mato Grosso do Sul.

A estratégia geoeconômica da política industrial brasileira, como já salientado, trata de inserir nos fluxos internacionais empresas brasileiras transnacionalizadas em setores competitivos fortalecidas pelos financiamentos do BNDES. Em Mato Grosso do Sul os investimentos totalizaram cerca de R\$13,5 bilhões no período 2002-2014, distribuídos nos setores de biocombustíveis (29,2%), celulose e papel (26,2%), infraestrutura (16,8%), fertilizantes (16,4%) (Tabela 1). Esses fatores fizeram com que a política industrial lograsse êxito não só em aumentar as exportações, como também em criar empresas exportadoras líderes globais, cujo domínio tático das redes do/no território é notoriamente resultado de uma estratégia geoeconômica de desenvolvimento produtivo.

Tabela 1: Operações do BNDES em Mato Grosso do Sul por setor (2002-2014)

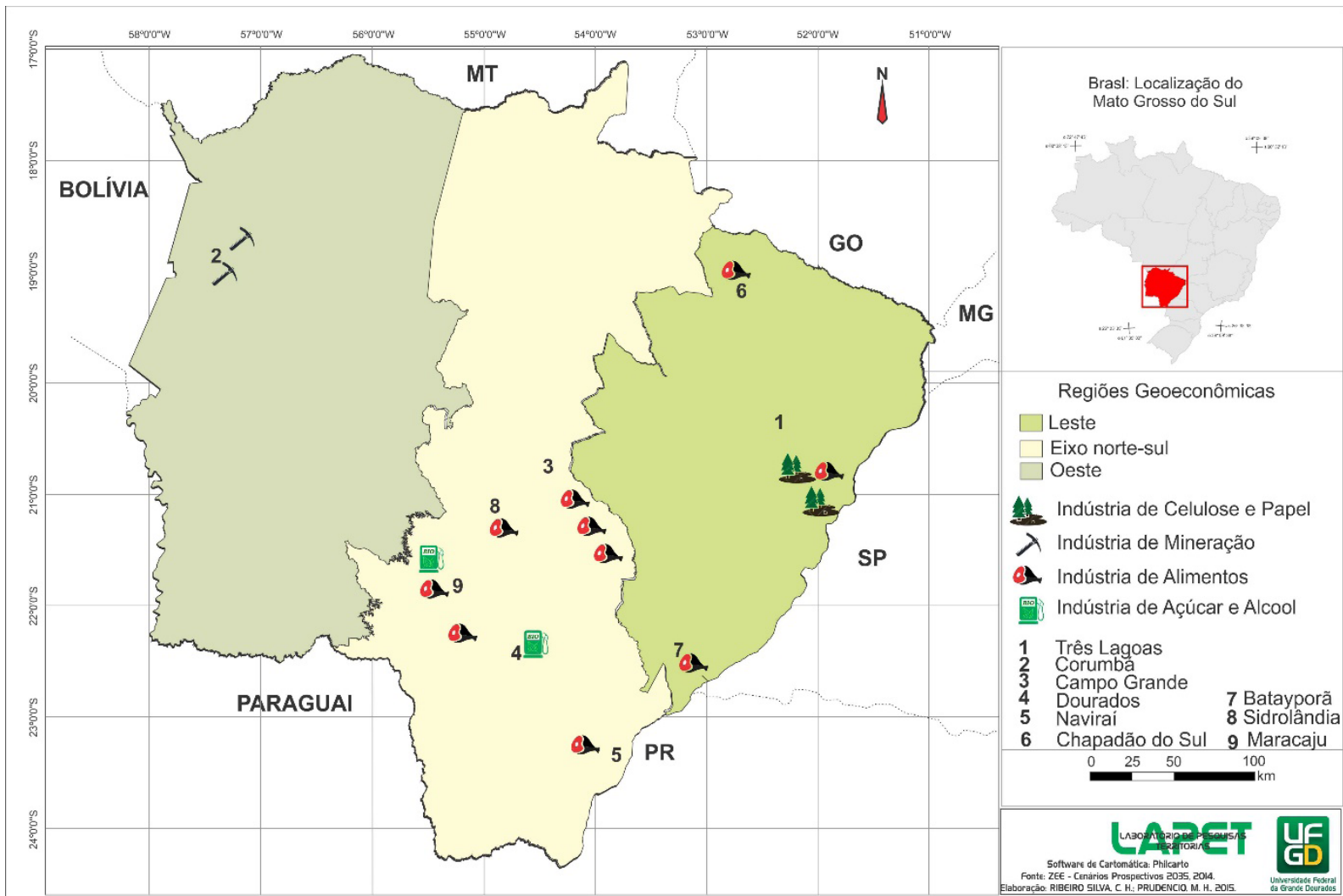
Setor	Total investido pelo BNDES (2002-2014) em bilhões (R\$)	Participação dos investimentos (%)
Biocombustíveis (Cana, soja e milho)	3.941.757.914,40	29,4
Celulose e Papel	3.515.864.548,33	26,2
Infraestrutura (Rodovias, ferrovias e redes de transmissão)	2.248.071.512,88	16,8
Fertilizantes	2.199.178.000,00	16,4
Empréstimos governamentais	1.295.908.265,20	9,7
Total	13.419.012.183,03	100

Fonte: BNDES, 2015

Portanto, definiu-se em Mato Grosso do Sul três regiões geoeconômicas: a região Oeste, com a exploração de minério de ferro no município de Corumbá e outros municípios envolvidos com a pecuária extensiva e atividades turísticas; a região norte-sul, com solos férteis e mais ao sul direcionada a plantio de soja, milho e cana, na região de Dourados (Figura 1); Campo Grande com as plantas industriais de importantes frigoríficos da cadeia

produtiva de carne e uma industrialização mais diversificada; a região Leste com a expansão da silvicultura e industrialização, capitaneada pelo município de Três Lagoas.

Mapa 1: Regiões geoeconômicas e corporações exportadoras em Mato Grosso do Sul



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A virada do século XXI apresenta uma gama de novos fatores para compreensão das estruturas produtivas globais e regionais. A geoeconomia auxilia a geopolítica no exercício de compreender as dimensões estratégicas dos Estados nações e das corporações transnacionais envolvidas na produção e gestão do território. Portanto, neste artigo foi traçada uma análise do recente contexto geoeconômico da industrialização de Mato Grosso do Sul, que conta com essa retomada de políticas de estímulo ao desenvolvimento industrial.

A agenda de retomada das políticas industriais do governo federal data desde 2004, e em virtude dessa estratégia neo-desenvolvimentista de fomentar a atividade industrial foram formados líderes nacionais nas cadeias produtivas globais. Esse contexto foi abastecido também por um período de demanda internacional por *commodities*, o que instigou

um rearranjo nas atividades produtivas no Brasil, sobretudo por produtos primários e semimanufaturados.

O Centro Oeste é detentor de uma formação econômica pautada nessas cadeias produtivas, e em Mato Grosso do Sul, onde as atividades industriais foram fomentadas pelas PIs e a instalação de transnacionais via financiamento do BNDES, estabeleceu-se uma nova orientação das estruturas regionais. A tentativa de esboçar uma regionalização de Mato Grosso do Sul foi pautada pela própria orientação regionalizada que as *global commodities chains* – cadeias produtivas globais (GCC) possuem.

Aliás, não se deixa de lado a contribuição da geoeconomia na compreensão dessas novas estratégias de desenvolvimento regional, uma vez que essas novas estruturas industriais são estabelecidas em regiões desiguais do ponto de vista de distribuição de renda, e, contraditoriamente competitivas do ponto de vista do *agribusiness*. Portanto, cabe nesse período salientar as dimensões territoriais desses processos relacionados a industrialização em si – política industrial, política de incentivos, política monetária, política setorial de fomento – que às vezes, por negligência ou por opção, são tratados como a-espaciais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. Desafios da real política industrial brasileira do século XXI. **Texto para Discussão do IPEA**, n. 1452, 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/jmgckD>>. Acesso em: 11 ago. 2017.
- _____. Padrões de política industrial: a velha, a nova e a brasileira, In: BACHA, E.; BOLLE, M. (org.). **O futuro da indústria no Brasil, desindustrialização em debate**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 273-294.
- AMSDEN, Alice H., **Asia's next giant: South Korea and late industrialization**. New York/ Oxford: Oxford University Press, 1989.
- _____. **A ascensão do "resto": os desafios ao ocidente de economias com industrialização tardia**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Economia do desenvolvimento – do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. In: PRADO, Luiz Carlos Delorme (org.) **Desenvolvimento econômico e crise**. São Paulo: Contraponto, 2012. p. 27-66.
- BUIGUES, P.A.; SEKKAT, K. **Industrial policy in Europe, Japan and the USA: Amounts, Mechanisms and effectiveness**. London: Palgrave Macmillan, 2009.
- CANO, W.; GONÇALVES-SILVA, A.L. **Política industrial do governo Lula**. Campinas: IE/UNICAMP, n. 181, 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/g1KaMj>>. Acesso em: 13 jul. 2017.
- CHANG, H.J. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004
- COWEN, D.; SMITH, N. After geopolitics? From the geopolitical social to geoeconomics. **Antipode**, v. 41, n.1, p. 1-27, 2009. DOI: 10.1111/j.1467-8330.2008.00654.x. Disponível em: <<https://goo.gl/mxRCY6>>. Acesso em: 12 out. 2017.
- CORONEL, D.A. **Impactos da política de desenvolvimento produtivo na economia brasileira**. 2010. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa - MG.
- COUTINHO, L. A crise mundial e o papel do BNDES. In: VELOSO, J. P. dos R. **A crise global e o novo papel mundial dos BRICs**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009. p.259-271.

- EGLER, C.A.G. **Crise e questão regional no Brasil**. Campinas, 1993. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de Campinas - SP.
- _____. As Américas: singularidades de um continente plural. In: OLIVEIRA, M.P.; COELHO, M.C.N.; CORRÊA A.M. (Ed.). **O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008. v. 1, p.142-167.
- FERNÁNDEZ-ARIAS, E. et al. Phantom or Phoenix? Industrial policies in Latin America today. In: PAGÉS, C. **the Age of productivity: transforming economies from the Bottom Up**. New York/ Washington DC: Palgrave/ Inter-American Development Bank, 2010. Development in the Americas series.
- FIRKOWSKI, O. L. C. de F. Considerações sobre as escalas espaciais de análise da indústria no Brasil. **Revista da ANPEGE**, Fortaleza, n.2, p.67-80, 2005.
- GEIGER, P. P. Organização regional do Brasil. **Revista Geográfica**, v. 33, n.61, p. 25-58, 1964.
- KON, A. **Economia industrial**. São Paulo: Nobel, 1999.
- KUPFER, D. **Trajatórias de reestruturação da indústria brasileira após a abertura e estabilização**. 1998. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro - RJ.
- LAMOSO, L. P. **A exploração de minério de ferro no Brasil e no Mato Grosso do Sul**. 2001. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, USP, São Paulo - SP.
- LENCIONI, S. **Região e geografia**. São Paulo: Ed. USP, 2003.
- MAMIGONIAN, A. A América Latina e a economia mundial: notas sobre os casos chileno, mexicano e brasileiro. **Geosul**, n. 28, p.139-151, 1999.
- MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico. SEMADE/MS. **Caderno GeoAmbiental das Regiões de Planejamento do Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, 2011.
- _____. Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico. SEMADE/MS. **Zoneamento Ecológico Econômico ZZE/MS**. Campo Grande, 2011.
- _____. Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico. SEMADE/MS. **Zoneamento Ecológico Econômico ZZE/MS: Cenários Prospectivos 2035**. Campo Grande, 2013.
- _____. Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico. SEMADE/MS. **Estudo da dimensão territorial do estado de Mato Grosso do Sul: Regiões de Planejamento**. Campo Grande, 2015.
- RODRIK, D. **Industrial policy for the twenty-first century**. In: John F. Kennedy School of Government, 2004. Disponível em: <<http://ideas.repec.org/p/cpr/ceprdp/4767.html>> Acesso em: 07 jun. 2014.
- _____. Industrial policy, Do not ask why, ask how. **Middle east development Journal**, Cambridge, v. 1, n.1 p.1-29. 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/gsqpNZ>>. Acesso em: 12 out. 2017.
- RIBEIRO-SILVA, C.H. **Domínios industriais: as novas dimensões territoriais da industrialização de Três Lagoas-MS (Brasil)**. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2014. v. 1. 265p.
- _____. Reflexões sobre a geoeconomia da montanha russa dos preços das commodities. **Mundorama - Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais**, v. 1, p. 1-5, 2016a.
- _____. (Org.) **O despertar regional: diálogos sobre geografia(s) e desenvolvimento regional de Mato Grosso do Sul**. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2016b. v. 1. 263p.
- _____. **Política industrial brasileira e a industrialização de Mato Grosso do Sul no Século XXI**. Dourados, 2016c. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD, Dourados - MS.
- _____. Política industrial brasileira e as regiões geoeconômicas de Mato Grosso do Sul. In: GUEDES DA SILVA, W.; JURADO DA SILVA, P.F. (Org.). **Mato Grosso do Sul: as múltiplas escalas do desenvolvimento**. Campo Grande: Life, 2017. v. 1, p. 45-58.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SOUZA, A. O. **A estratégia dos distritos industriais como Instrumento de desenvolvimento regional e a sua aplicabilidade em Mato Grosso do Sul**. 2002. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, USP, São Paulo - SP.

SUZIGAN, W.; FURTADO, J. Desenvolvimento e políticas industriais. **Revista de Economia da PUC-SP**, São Paulo, n. 2/3, p.1-30, 2009/2010.

TONI, J. **Novos arranjos institucionais na política industrial do governo Lula: a força das novas ideias e dos empreendedores políticos**. 2013. Tese (Doutoramento em Ciência Política) - Universidade de Brasília, UnB, Brasília - DF.

WADE, R. H. Return of industrial policy? **International Review of Applied Economics**, v. 26, n. 2, p. 223-237. 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/0XVX8p>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

Data de envio: 12/12/2016

Data de aceite: 18/10/2017